**Contatos de Imprensa:**Wanda Bautista: wbautista@burness.com; Cell/Whatsapp: +1 302 233 5438

**SOB EMBARGO ATÉ 5 DE SETEMBRO DE 2022, 8:30 AM LIMA, PERU**

Líderes indígenas e investigadores publicam novo informe “Amazônia contra o relógio: onde e como proteger 80% até 2025”, apelando aos líderes mundiais a tomarem medidas urgentes

Essa investigação reafirma mais um avez o papel transcendental dos povos indígenas na proteção da Amazônia e põe à disposição novos dados sobre o desmatamento e as áreas prioritárias, com 13 soluções para protéger 80% da floresta até 2025. O estudo inclui uma proposta inovadora de perdão da dívida para salvar 255 milhões de hectres de ecossistemas intactos que se encontram em risco iminente.

Lima, Perú (5 de setembro de 2022). Líderes indígenas amazônicos e investigadores de nove países apresentaram hoje, em uma conferência de imprensa, novas evidências de que a Amazônia encontra-se imersa em uma crise em direção a um ponto irreversível devido às altas taxas de desmatamento e degradação que, juntas, já alcançam 26% da região. Entretanto, os 74% restantes (629 milhões de hectares de áreas prioritárias) seguem de pé e requerem proteção imediata. O ponto de não retorno deve ser entendido como o início de uma metástase ou como a destruição irreversível do ecossistema.

Essa nova análise identifica, por um lado, onde ocorre a degradação e a transformação no nível do país, e, por outro, as necessidades e soluções imediatas para abordar a crise na Amazônia. Ela foi apresentada na [V Cúpula Amazônica dos Povos Indígenas](https://vcumbreamazonica.coicamazonia.org), organizada pela Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), completados um ano da aprovação da Moção 129 do Congresso da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a qual busca evitar o ponto de não retorno na Amazônia, protegendo 80% da floresta até 2025.

O informe, apresentado pela COICA em conjunto com a coalizão da iniciativa “Amazonía por la Vida”, estabelece que a proteção de 80% da Amazônia até 2025 ainda é viável e que ainda temos tempo para frear a taxa de destruição atual. O estudo contempla soluções para frear o avanço do ponto de não retorno, e entre as principais estão o reconhecimento de 100 milhões de hectares de Territórios Indígena, monitorias para preservar os ecossistemas intactos e pouco degradados, um modelo inclusivo de governança conjunta e uma proposta de perdão condicionado das dívidas dos países amazônicos.

Os autores lançaram uma forte advertência à comunidade internacional sobre o perigo iminente ao qual foram expostos centenas de povos indígenas que habitam em 40% dos ecossistemas intactos (255 milhões de hectares) e que não contam com regimes de gestão territorial que levem em conta a diversidade biocultural da bacia.

“Esse informe aborda, de maneira contundente, o estado atual da Amazônia e destaca a simbiose entre as ameaças aos ecossistemas e aos povos indígenas de nove países. Existe uma correlação direta entre a destruição de nossa casa e os assassinatos de líderes indígenas, defensores do nosso território. Afirmamos que o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas da bacia amazônica é uma solução urgente para preservar 80% da Amazônia. Devemos atuar de forma única e devemos fazer isso antes de 2025”, disse José Gregorio Díaz Mirabal, Coordenador Geral da COICA. “Qualquer esforço menor será pouco e será tarde demais. Entramos na zona de perigo”, completou o líder indígena.

Esse informe, elaborado pela RAISG, vem acompanhado de um conjunto de novos mapas que correspondem a uma sequência de dados de 36 anos que evidencia que 86% do desmatamento ocorreu em áreas que não contam com um regime de gestão territorial voltado à conservação. A pecuária industrial é o maior propulsor do desmatamento da Amazônia. O desmatamento causado pela pecuária na floresta amazônica representa quase 2% das emissões globais de CO2 anualmente. 66% da Amazônia está sujeita a algum tipo de pressão, fixa ou permanente: indústria petroleira, mineradora e mais de 800 hidrelétricas planejadas e operando, entre outras.

“Preservar 80% da Amazônia até 2025 depende, por um lado, dos sistemas de conhecimento dos povos indígenas que habitam nos territórios e, por outro, de uma estratégia financeira global transformativa. Os países amazônicos necessitam que a comunidade internacional assuma sua responsabilidade. Os impulsores que fomentam a destruição da Amazônia são as cadeias de suprimentos, principalmente dos países industrializados. Sem sabermos, comemos, nos movimentamos e nos vestimos com produtos que destroem a Amazônia. Não podemos nos dar ao luxo de perder nem mais um hectare. O futuro da Amazônia é uma responsabilidade de todos”, disse a doutora Alicia Guzmán, co-coordenadora da Iniciativa Stand.earth.

A investigação aborda o problema em nível nacional nos nove países da bacia e evidencia que 34% da Amazônia brasileira entrou em processo de transformação, assim como 24% da Amazônia boliviana, 16% da equatoriana, 14% da colombiana e 15% da peruana, países com maiores índices. A savanização já é uma realidade no sudeste da região, principalmente no Brasil e na Bolívia. Os dados mostram que os dois países são responsáveis por 90% do desmatamento e da degradação de toda a região e que têm as invasões e as intimidações como causa central do desmatamento. Essa problemática põe os Estados e seus marcos legais no centro das soluções.

“No Brasil, somos testemunha de um governo com uma política de Estado frontalmente anti-indigenista que tenta, de todas as maneiras possíveis, legalizar o ilegal. A destruição e a cobiça desenfreada de nossos territórios ancestrais, nossa Amazônia, no norte do país, é a face visível de uma história de violação de direitos à qual nós, os povos indígenas do Brasil, estamos sujeitos há décadas”, disse Nara Baré, ex-coordenadora da COIAB do Brasil.

66% da Amazônia está sujeita a algum tipo de pressão fixa ou permanente. Os grupos petroleiros, centrais hidrelétricas e minas são planejados por toda parte na Amazônia. Os marcos legais vigentes dão condições para que os Estados concedam licenças em florestas intactas ou TI sem o consentimento livre, prévio e informado das populações que vivem na região.

“Esse informe é o produto de uma metodologia cujo objetivo é consolidar um instrumento para guiar a política pública dos nove governos que integram a bacia amazônica. A RAISG conceitua a Amazônia como um ecossistema integral que cobre uma área de investigação de 847 milhões de hectares. Uma das principais conclusões é que garantir os direitos dos povos indígenas permite avançar na proteção e na recuperação da biodiversidade. Demonstramos que demarcar territórios indígenas e designar áreas protegidas é uma forma altamente exitosa de prevenção do desmatamento e da degradação da floresta tropical. As crises climáticas, porém, nos obriga a pensar em modelos de gestão em co-governança, conforme prevê o último estudo do IPBES”, disse a investigadora Marlene Quintanilla, Diretora de Investigação e Gestão do Conhecimento da Fundação Amigos da Natureza da Bolivia-RAISG.

“Diferentemente das áreas protegidas, os territórios indígenas não contam com os orçamentos dos governos amazônicos nem com mecanismos de financiamento por parte da comunidade internacional e, apesar disso, registram graus de preservação comparáveis ou maiores com os das áreas protegidas. Os povos indígenas representam uma oportunidade inigualável para proteger as espécies silvestres vulneráveis, como estabelecem os órgãos da Nações Unidas (IPBES, IPCC)”, ressaltou Carmen Josse, Diretora de Eco-ciência, Equador-RAISG.

As restrições dos orçamentos nacionais somados às dívidas médias de 78% do PIB regional da América Latina condenam os governos à sobreexploração dos recursos naturais e da Amazônia. Apenas o serviço total da dívida representa 59% das exportações regionais de bens e serviços.

“A dívida externa dos países amazônicos deve ser entendida com um impulsionador sistêmico e como combustível das atividades extrativistas em toda a região. Como coalizão, propomos o perdão dessa dívida como medida de proteção imediata para ampliar os desafios econômicos que atravessam nossos países. Esse perdão estaria condicionado à proteção de 80% da Amazônia. Os países industrializados e as instituições financeiras internacionais assumiriam a responsabilidade de preservar o planeta, de mitigar as mudanças climáticas e de aliviar a pressão sobre a Amazônia, com a liderança dos países amazônicos”, explicou Tuntiak Katán, Vice-Coordenador da COICA.

 ###